



MPCE

Ministério Público
do Estado do Ceará

Promotorias de Justiça
de Tianguá

300



MPCE

Ministério Público
do Estado do Ceará

SIMULADO ESPECIAL

MPCE

**CARGO: ANALISTA MINISTERIAL
SERVIÇO SOCIAL - PÓS-EDITAL**

Simulado

Simulado MP-CE (Analista Ministerial - Serviço Social)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Ministerial - Serviço Social do MP-CE**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/vnZGBpHv2wQkuD3p8>

01 - CE	16 - CE	31 - CE	46 - CE	61 - CE	76 - CE	91 - CE	106 - CE
02 - CE	17 - CE	32 - CE	47 - CE	62 - CE	77 - CE	92 - CE	107 - CE
03 - CE	18 - CE	33 - CE	48 - CE	63 - CE	78 - CE	93 - CE	108 - CE
04 - CE	19 - CE	34 - CE	49 - CE	64 - CE	79 - CE	94 - CE	109 - CE
05 - CE	20 - CE	35 - CE	50 - CE	65 - CE	80 - CE	95 - CE	110 - CE
06 - CE	21 - CE	36 - CE	51 - CE	66 - CE	81 - CE	96 - CE	111 - CE
07 - CE	22 - CE	37 - CE	52 - CE	67 - CE	82 - CE	97 - CE	112 - CE
08 - CE	23 - CE	38 - CE	53 - CE	68 - CE	83 - CE	98 - CE	113 - CE
09 - CE	24 - CE	39 - CE	54 - CE	69 - CE	84 - CE	99 - CE	114 - CE
10 - CE	25 - CE	40 - CE	55 - CE	70 - CE	85 - CE	100 - CE	115 - CE
11 - CE	26 - CE	41 - CE	56 - CE	71 - CE	86 - CE	101 - CE	116 - CE
12 - CE	27 - CE	42 - CE	57 - CE	72 - CE	87 - CE	102 - CE	117 - CE
13 - CE	28 - CE	43 - CE	58 - CE	73 - CE	88 - CE	103 - CE	118 - CE
14 - CE	29 - CE	44 - CE	59 - CE	74 - CE	89 - CE	104 - CE	119 - CE
15 - CE	30 - CE	45 - CE	60 - CE	75 - CE	90 - CE	105 - CE	120 - CE

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA**

Luiz Felipe

TEXTO - NOSSA LÍNGUA À BRASILEIRA

A ideia de uma língua nacional brasileira nasceu há quase 200 anos, com a Independência do país. Meio século depois, José de Alencar, partidário da causa, anotava no posfácio de “Iracema”: “A revolução é inevitável e fatal como a que transformou (...) o romano em francês, italiano etc.; há de ser longa e profunda, como a imensidade dos mares que separa os dois mundos a que pertencemos”.

“Dous” virou “dois”, os mares devem estar um tantinho mais imensos com o aquecimento global — e a língua brasileira não vingou.

Não por falta de tentativa. A Constituição de 46 previa a indicação de professores, escritores e jornalistas para opinar sobre a denominação disto que falamos aqui. A resposta veio em menos de 30 dias: “A Comissão reconhece e proclama esta verdade: o idioma nacional do Brasil é a Língua Portuguesa”.

Já lá se vão três quartos de século e duas Constituições, e continuamos fingindo nos expressar no mesmo idioma de Lobo Antunes, Hugo Mãe e João Pereira Coutinho.

Tornamo-nos bilíngues numa língua só: o português escrito e o (brasileiro) falado. Este, possível matriz do nosso “idioma nacional”, liquidifica a segunda e a terceira pessoas (*tu sabe disso*), ignora o pronome oblíquo átono (*o que vai levar ele à extinção*), despreza o subjuntivo (as crianças *que talvez ainda podem ser salvas*) e relega as regências aos livros de História. Nessa (r)evolução, o pronome relativo “cujo” sumiu da linguagem oral. As formas combinadas dos pronomes átonos (mo, to, lho) saíram de linha com as capitânicas hereditárias. Ter-se-iam ouvido mesóclises pela última vez no governo Temer.

Várias correntes atuam contra o legado colonial linguístico — nem sempre com bons argumentos, nunca com as melhores intenções. Uma pugna pela “escrita inclusiva. É o que Nélide Piñon chamou de “projeto de manter uma legião de brasileiros como cidadãos de segunda classe”. Outra aposta na obscuridade — e dá-lhe cotas epistêmicas com base na interseccionalidade,

experiências afrodiáspóricas, configuração dos sistemas opressivos do capitalismo e do cisheteropatriarcado (seja isso lá o que for) — e, ainda por cima, escrito em desconformidade com o Acordo Ortográfico.

O preconceito linguístico apontado em plurais, concordâncias, prosódia e opressões afins é deixado de lado quando entra em cena o lero-lero do politicamente correto. Tem-se aí o melhor dos mundos para a perpetuação da exclusão e das desigualdades: alunos do ensino fundamental privados da sofisticação da linguagem (logo, também do pensamento) e uma suposta elite acadêmica progressista mesmerizada com o próprio dialeto, que oscila entre o hermetismo lacaniano e a *lumenização* pura e simples.

Isto aqui “é brasileiro, já passou de português”, diz o samba do Noel. Que seja um idioma mais doce e mais rico, beneficiário das heranças indígenas e africanas — não um português depauperado.

(Por Eduardo Affonso. O GLOBO. Adaptado)

- 01.** É possível depreender do texto e do seu título que o português falado no Brasil se distanciou do português europeu.
- 02.** Entende-se do texto que o uso de uma linguagem “politicamente correta” contribui para a atenuação do preconceito.

Com base em seus conhecimentos linguísticos, julgue os itens que se seguem

- 03.** Em “Assim, há menos argumentos, menos conflitos e mais diálogos”, a forma verbal ‘há’ poderia ser substituída, sem prejuízo gramatical, por **podem haver**.
- 04.** No segmento “Os agentes elaboraram todo o plano de ação, que prevê investimento em fundos diversos”, o vocábulo “que” tem como referente a expressão “o plano de ação”, que funciona como sujeito da oração expressa pela forma verbal “prevê”.

05. A expressão “bem como”, em “Os educadores, bem como a família, devem zelar pelo bem-estar no processo de aprendizagem” exprime ideia de adição.
06. Os sentidos originais e a correção do texto seriam mantidos caso a expressão “aquelas ligadas às” em “As interações incluem aquelas ligadas às oportunidades de novos contatos profissionais” fosse substituída por **as**.
07. O trecho “Qualquer cenário que acarretasse instabilidade ao projeto seria descartado” expressa uma condição, evidenciada pela flexão do verbo **acarretar** no modo subjuntivo.
08. No segmento “Aumentou, no último ano, o número de áreas desmatadas”, o trecho “o número de áreas desmatadas” funciona como complemento direto da forma verbal “aumentou”.
09. As palavras "história", “carência” e "discórdia" recebem acento de acordo com a mesma regra de acentuação.
10. No trecho “Eles precisam prestar atenção, ter estratégias de gestão, empatia nas limitações e planejamento efetivo”, as vírgulas foram empregadas para separar expressões de caráter explicativo.
11. Sem prejuízo da correção gramatical do texto, as palavras “é” e “que”, presentes em “É a disposição que todos buscavam ter”, poderiam ser suprimidas.
12. Em “Fala-se muito da caridade, mas pouco se pratica”, as duas ocorrências do pronome “se” têm o papel de indeterminar os agentes responsáveis pelas ações.
13. Seria mantida a correção gramatical do texto se o trecho “nos esquecer” fosse reescrito como **esquecer** em: Não podemos nos esquecer de que a vida tem seus altos e baixos.
14. Mantendo-se o sentido original e a correção gramatical do texto, o trecho “Toda vida é marcada por temporadas inesquecíveis” poderia ser reescrita da seguinte forma: **Toda a vida é marcada por temporadas inesquecíveis**.
15. Em “A atitude dele estava relacionada às vivências em seu ambiente familiar”, o emprego do sinal indicativo de crase é obrigatório.
16. No trecho “O segredo do que se faz é a motivação”, a anteposição da partícula “se” ao verbo justifica-se pela presença do vocábulo “que”.
17. “Se, por um lado, é desejável ampliar o acesso a terapias mais eficazes, por outro, esse é um dos fatores que mais encarecem a assistência.” A oração “que mais encarecem a assistência”, subordinada à oração anterior, é adverbial comparativa.
- Considerando as disposições do **Manual de Redação da Presidência da República (MRPR)** acerca da redação oficial, julgue o item a seguir.
18. O fecho deve ser alinhado à margem esquerda ao final da comunicação.
19. A concisão é um atributo das comunicações oficiais que diz respeito ao máximo de informações que deverão estar contidas nos expedientes, com o mínimo de palavras.
20. No padrão ofício, o cabeçalho deve ser utilizado em todas as páginas do documento, centralizado na área determinada pela formatação.

**LEGISLAÇÃO ESTADUAL E LEGISLAÇÃO
APLICADA AO MINISTÉRIO PÚBLICO
(CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ)**

Rodrigo Bet

Responda às questões 21 a 23 considerando as disposições da Constituição do Estado do Ceará:

- 21.** A iniciativa popular no Estado do Ceará permite que a população apresente projetos de lei e propostas de emenda à Constituição à Assembleia Legislativa, desde que sejam subscritos por, no mínimo, 1% do eleitorado cearense, distribuídos em pelo menos cinco municípios, com não menos de 0,3% dos eleitores de cada um deles.
- 22.** Durante o período extraordinário da Assembleia Legislativa do Ceará, os parlamentares somente podem deliberar sobre a matéria para a qual foram convocados, sendo-lhes garantida indenização em razão da convocação.
- 23.** O Procurador-Geral de Justiça, chefe do Ministério Público do Estado do Ceará, é nomeado pelo Governador do Estado dentre integrantes da carreira, maiores de 35 anos, indicados em lista tríplice, elaborada por meio de escrutínio secreto pelos membros em atividade da instituição, para um mandato de dois anos, permitida uma recondução.

**LEGISLAÇÃO ESTADUAL E LEGISLAÇÃO
APLICADA AO MINISTÉRIO PÚBLICO (LEI Nº
9.826/1974 E SUAS ALTERAÇÕES (ESTATUTO
DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DO
ESTADO), LEI COMPLEMENTAR Nº 72/2008
E SUAS ALTERAÇÕES (LEI ORGÂNICA E
ESTATUTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DO CEARÁ), LEI Nº 8.625/1993 (LEI
ORGÂNICA NACIONAL DO MINISTÉRIO
PÚBLICO) E LEI Nº 14.043/2007 E
ALTERAÇÕES (PLANO DE CARGOS,
CARREIRAS E VENCIMENTOS DOS
SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DO CEARÁ))**

Tiago Zanolla

- 24.** João é servidor público estadual há exatos cinco anos, ocupando um cargo em comissão na administração pública. Ao verificar seu contracheque, percebe que sua progressão horizontal ainda não foi implementada. Diante desse cenário, João deverá protocolar um pedido formal de progressão junto ao órgão de gestão de pessoal, para que sua situação seja analisada.
- 25.** Conforme estabelecido pela Lei Complementar n. 72/2008, se o Chefe do Poder Executivo não efetuar a nomeação do Procurador-Geral de Justiça nos 20 (vinte) dias que se seguirem ao recebimento da lista tríplice, será investido automaticamente no cargo, para o exercício do mandato, perante o Pleno do Colégio de Procuradores de Justiça, reunindo-se na primeira sessão ordinária deste.
- 26.** O Ministério Público elabora sua própria proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias e a encaminha diretamente ao Poder Legislativo, que tem autonomia para modificá-la.

27. De acordo com a Lei nº 14.043/2007, que trata do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Ministério Público do Estado do Ceará, na estrutura de carreiras do Ministério Público do Estado do Ceará, a progressão funcional ocorre dentro da mesma classe, enquanto a progressão por elevação de nível profissional ocorre entre diferentes classes.

28. A remoção por permuta ou por concurso de remoção observará o interstício de três anos de efetivo exercício na comarca ou promotoria

29. Os órgãos de execução do Ministério Público incluem o Procurador-Geral de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público, os Procuradores de Justiça e os Promotores de Justiça.

30. A Junta Recursal do Programa Estadual de Proteção ao Consumidor – JURDECON é considerada um órgão de execução do Ministério Público, ao lado do Procurador-Geral de Justiça e dos Promotores de Justiça.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO (ÉTICA E MORAL)

Tiago Zanolla

31. A moral é um conjunto de princípios universais que regulam o comportamento humano, sendo imutável ao longo do tempo e independente de cultura ou contexto social.

32. A ética na democracia exige que os cidadãos exerçam sua cidadania de maneira passiva.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO (LEI Nº 8.429/1992 E SUAS ALTERAÇÕES. DISPOSIÇÕES GERAIS E ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA)

Rodrigo Bet

Carlos, servidor público, foi designado para presidir a comissão responsável pela contratação de uma empresa para prestação de serviços a um órgão estadual. Após a assinatura do contrato, verificou-se que a empresa vencedora não atendia a um dos requisitos previstos no edital, o que resultou na rescisão do contrato e em prejuízo financeiro para a Administração.

33. Carlos poderá ser responsabilizado por ato de improbidade administrativa, ainda que não tenha agido com dolo, pois a ocorrência de prejuízo ao erário é suficiente para configurar a infração.

34. A ação para aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa prescreve em 5 anos, contados a partir da ocorrência do fato que configura o ato ímprobo ou, nos casos de infrações permanentes, do momento em que cessou a permanência da conduta ilícita.

35. Nos termos da Lei de Improbidade Administrativa, a nomeação de cônjuge, companheiro ou parente, até o terceiro grau, da autoridade nomeante ou de servidor que exerça cargo de direção, chefia ou assessoramento, para cargo em comissão ou função de confiança na administração pública, configura ato de improbidade administrativa por atentar contra os princípios da administração pública.

RACIOCÍNIO LÓGICO*Eduardo Mocellin*

Considerando-se que letras maiúsculas representam proposições simples, julgue os itens a seguir relativos à lógica proposicional.

36. Considere que as três primeiras colunas da tabela-verdade referentes à proposição lógica $((\sim P) \Leftrightarrow Q) \wedge R$ sejam representadas a seguir.

P	Q	R
V	V	V
V	V	F
V	F	V
V	F	F
F	V	V
F	V	F
F	F	V
F	F	F

Nesse caso, a última coluna da tabela-verdade deve ser preenchida com os valores V ou F, de cima para baixo, na seguinte sequência: F F V F V F F F.

37. A proposição $(P \Leftrightarrow R) \Rightarrow (QV(\sim R))$ é uma tautologia.

38. A negação da proposição “Ou o Ministério Público defende suas prerrogativas constitucionais, ou os interesses da sociedade ficam prejudicados.” pode ser descrita por “Ou o Ministério Público não defende suas prerrogativas constitucionais, ou os interesses da sociedade não ficam prejudicados.”.

Considere que, em março de 2025, a tonelada da commodity A custe R\$ 800,00 e que a tonelada da commodity B custe R\$ 2.000,00. Nesse mês, um negociante comprou 8 toneladas dessas commodities, pagando por esse lote a quantia de R\$ 10.000,00. Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

39. O negociante comprou mais toneladas da commodity A do que da commodity B.

40. O valor pago pela commodity A foi superior a R\$ 4.500,00.

41. Suponha que o valor da tonelada da commodity A cresça mensalmente em uma progressão aritmética de razão R\$ 15,00. Nesse caso, a tonelada da commodity A custará R\$ 4.970,00 em algum mês do ano de 2048.

42. Considere que o valor da tonelada da commodity B decresça anualmente em progressão geométrica de razão 0,8. Nessa situação, o valor da tonelada da commodity B em março de 2028 será superior a R\$ 1.000,00.

NOÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA*Elisabete Moreira*

- A respeito do processo administrativo, do planejamento estratégico e das estruturas organizacionais, julgue os itens subsequentes.**

43. O planejamento, como função administrativa, envolve a identificação, a análise, a ordenação e o agrupamento das atividades e recursos, visando a realização das políticas públicas e o alcance dos resultados.

44. O *Balanced Scorecard* – BSC é um sistema de gestão e controle do desempenho que promove interligações entre as diversas áreas e unidades organizacionais.

45. A estrutura organizacional do tipo Comissão não quebra o princípio da unidade de comando e nem da unidade de direção, não obstante as decisões e os julgamentos envolverem uma pluralidade de membros, com vistas ao atendimento da impessoalidade.

No que se refere ao comportamento organizacional, o gerenciamento de conflitos, motivação, liderança e desempenho nas organizações, julgue os itens a seguir.

46. O método moderno denominado Avaliação Participativa por Objetivo – APPO consiste em realizar a avaliação de todos os colaboradores aos seus respectivos chefes e vice-versa, conservando o anonimato do avaliador.

47. O processo indivíduos e organizações envolve relações de reciprocidade, que promovem equilíbrio organizacional na medida em as pessoas oferecem alicientes e as organizações oferecem contribuições.

48. Na administração de conflitos, a abordagem de abrandamento normalmente ocorre quando se tem outros assuntos mais importantes para resolver e o conflito é resolvido de forma superficial.

Acerca do gerenciamento de projetos, conforme PMBOK 7ª edição, julgue os itens a seguir.

49. A ameaça é um evento ou condição que, se ocorrer, tem um impacto negativo em um ou mais objetivos de um projeto e, caso a equipe ou o patrocinador concorde que uma ameaça está fora do escopo do projeto deve-se optar pela estratégia da escalção.

50. Em um ambiente de projeto, a utilização de ciclos de *feedback* curtos pode ser um recurso para promover resiliência e evitar o “*scope creep*” ou distorção do escopo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

SERVIÇO SOCIAL I

Nilza Ciciliati

Acerca dos fundamentos éticos e do Código de Ética do assistente social, julgue os itens a seguir:

51. O Código de Ética do Assistente Social destaca como um de seus princípios a garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas e do compromisso com o constante aprimoramento intelectual. Esse princípio pressupõe o reconhecimento de que nem todas as posições teóricas e político-profissionais se equivalem e que o direito às expressões teóricas e políticas devem ser respeitadas e apreciadas, sendo elas democráticas ou não.

52. Compete aos Conselhos Regionais, nas áreas de suas respectivas jurisdições, como Tribunal Superior de Ética Profissional, firmar jurisprudência na observância do Código de Ética do/a assistente social e nos casos omissos.

53. De acordo com o código de Ética de 1993, é dever do assistente social participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades.

54. Em trabalho multidisciplinar o assistente social poderá prestar todas as informações aos demais componentes da equipe, a fim de dar as condições para a realização das intervenções multiprofissionais com os usuários.

55. É vedado ao assistente social depor como testemunha sobre situação sigilosa do usuário de que tenha conhecimento no exercício profissional, mesmo quando autorizado.

A respeito da política de seguridade social no Brasil, julgue os próximos itens:

56. A Lei Eloy Chaves, promulgada em 24 de janeiro de 1923 pelo através do Decreto Legislativo nº 4.682, é considerada o marco inicial da previdência social no Brasil. Esta lei criou os IAPs - Institutos de Aposentadorias e Pensões para os trabalhadores ferroviários.

57. Em 1960, é aprovada a LOPS - Lei Orgânica da Previdência Social (Lei nº 3.807/1960), sendo um marco importante na consolidação da previdência social no Brasil. Ela unificou as normas previdenciárias existentes, mas somente em 1966, com o Decreto nº 72, de 21 de novembro de 1966, ocorreu a unificação dos IAPs, centralizando a organização previdenciária no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

58. O modelo de seguridade social adotado no Brasil é um modelo de seguro social, tendo em vista que a previdência social é contributiva.

59. Entre os objetivos que regem a política de seguridade social no Brasil está: a universalidade da cobertura e do atendimento; a seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços; e a equidade na forma de participação no custeio.

60. O artigo 195 da Constituição Federal de 1988 estabelece que a seguridade social no Brasil será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, conforme a lei. Os recursos para a seguridade social virão dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de diversas contribuições sociais.

Acerca da política de saúde no Brasil, julgue os próximos itens:

61. A saúde é um direito de todos e um dever do Estado. Ou seja, todos os cidadãos têm direito ao acesso aos serviços de saúde, e cabe ao Estado garantir esse acesso. O Estado deve implementar políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e outros agravos, além de assegurar o acesso universal e igualitário às ações e serviços de prevenção, internação e reabilitação da saúde.

62. As ações e serviços de saúde são de relevância pública, de interesse coletivo e essencial para a sociedade. O Poder Público é responsável por regulamentar, fiscalizar e controlar esses serviços, que podem ser executados diretamente pelo Estado ou por terceiros, incluindo pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

63. O financiamento do SUS é feito com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes. No caso da União, a receita corrente líquida do respectivo exercício financeiro, não pode ser inferior a 20%.

64. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada, sendo vedada a destinação de recursos públicos para instituições privadas com fins lucrativos, bem como a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde, salvo nos casos previstos em lei.

65. A Lei nº 14.510/2022 trouxe a inclusão dos artigos 26-A ao 26-H à Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/90), regulamentando a telessaúde, que abrange a prestação remota de serviços relacionados a todas as profissões da área da saúde regulamentadas pelos órgãos competentes do Poder Executivo federal. Este artigo também estabelece os princípios que devem ser obedecidos na prática da telessaúde. Entre eles: autonomia do profissional de saúde; dignidade e valorização do profissional de saúde; vedação de recusa ao atendimento na modalidade telessaúde, com a garantia do atendimento presencial apenas em casos específicos.

Referente à Lei Orgânica da Assistência Social, julgue os itens a seguir:

66. A vigilância socioassistencial é um dos instrumentos das proteções da assistência social que identifica e previne as situações de risco e vulnerabilidade social e seus agravos no território. A vigilância socioassistencial é responsável pela produção, sistematização, análise e disseminação de informações territorializadas.

67. No que se refere a entidades e organizações de assistência social, as entidades de assessoramento são aquelas entidades que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de prestação social básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal.

68. As entidades e organizações de assistência social vinculadas ao Suas poderão celebrar convênios, contratos, acordos ou ajustes com o poder público para a execução, garantido financiamento de forma apenas parcial, pelo Estado, de serviços, programas, projetos e ações de assistência social, observando-se as disponibilidades orçamentárias.

69. O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), registro público eletrônico com a finalidade de coletar, processar, sistematizar e disseminar informações para a identificação e a caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda, que poderão inscrever-se nas unidades públicas como o Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), ou por meio eletrônico.

70. O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) é órgão superior de deliberação colegiada, vinculado à estrutura do órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social. O CNAS é composto por doze membros e respectivos suplentes, sendo seis representantes governamentais, sendo 1 representante dos Estados e 1 dos Municípios; e seis representantes da sociedade civil.

71. O limite de renda per capita de até 1/4 do salário-mínimo para acesso ao benefício de prestação continuada poderá ser ampliado para até 1/2 salário mínimo per capita, avaliando outros elementos probatórios da condição de miserabilidade e da situação de vulnerabilidade, sendo considerados aspectos como o grau de deficiência e a dependência de terceiros para o desempenho de atividades básicas da vida diária.

Acerca das políticas de proteção à mulheres e à pessoa idosa, julgue os próximos itens:

- 72.** Conforme dispõe a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), a assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada em caráter prioritário no Sistema Único de Saúde (SUS) e no Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e compreenderá o acesso aos benefícios decorrentes do desenvolvimento científico e tecnológico, incluindo os serviços de contracepção de emergência, entre outros.
- 73.** O juiz pode assegurar à mulher em situação de violência doméstica e familiar a manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até quatro meses.
- 74.** A Lei 13.871/19 trouxe alterações na Lei Maria da Penha para dispor sobre a responsabilidade do agressor pelo ressarcimento dos custos relacionados aos serviços de saúde prestados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) às vítimas de violência doméstica e familiar. Assim, aquele que, por ação ou omissão, causar lesão, violência física, sexual ou psicológica e dano moral ou patrimonial a mulher fica obrigado a ressarcir todos os danos causados, inclusive ressarcir ao Sistema Único de Saúde (SUS), de acordo com a tabela SUS, os custos relativos aos serviços de saúde prestados para o total tratamento das vítimas em situação de violência doméstica e familiar.
- 75.** A mulher tem direito a um atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado por servidores - obrigatoriamente do sexo feminino - previamente capacitados.
- 76.** A vítima de violência doméstica e familiar tem a opção de desistir de prosseguir com a denúncia contra o agressor. Entretanto, essa renúncia não pode ser feita a qualquer tempo. Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida, a renúncia só será admitida perante o juiz, em audiência especialmente designada para isso, antes do recebimento da denúncia e com a participação do Ministério Público.
- 77.** A obrigação alimentar é solidária, podendo a pessoa idosa optar entre os prestadores, com prioridade de responsabilidade aos filhos que possuem maior poder aquisitivo.
- 78.** É vedada a discriminação da pessoa idosa nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados em razão da idade.
- 79.** Nos casos em que a pessoa idosa não se encontra em condições de optar pelo seu tratamento, esta opção será feita pelo próprio médico, quando não houver curador ou familiar conhecido, caso em que deverá comunicar o fato ao Ministério Público.
- 80.** As entidades de longa permanência de pessoas idosas serão obrigadas a firmar contrato de prestação de serviços com a pessoa idosa abrigada, e no caso de entidades filantrópicas ou casalar, pode ser cobrado a participação da pessoa idosa no custeio da entidade, que não poderá exceder a 50%.

SERVIÇO SOCIAL 2*Anna Valéria*

81. Acerca da Política Nacional para a População em Situação de Rua, analise a seguinte questão:

A Política Nacional para a População em Situação de Rua, instituída pelo Decreto nº 7.053/2009, considera como população em situação de rua apenas indivíduos que vivem permanentemente nas ruas, sem acesso a nenhum tipo de acolhimento institucional.

82. O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (CentroPop) é um serviço da Proteção Social Especial de Média Complexidade e tem como um de seus objetivos garantir a inclusão dessa população no Cadastro Único para Programas Sociais.

83. A Lei nº 14.821/2024, que institui a Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para a População em Situação de Rua (PNTC PopRua), estabelece que a adesão dos estados e municípios a essa política é obrigatória, devendo todos os entes federativos implementá-la.

84. Segundo o Decreto nº 9.894/2019, que dispõe sobre o Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua, afirma que o referido Comitê possui caráter deliberativo e suas decisões são vinculantes para os entes federativos.

85. A Lei nº 14.821/2024 determina que os Centros de Apoio ao Trabalhador em Situação de Rua (CatRua) devem realizar ações de busca ativa em logradouros públicos para identificar e atender pessoas em situação de rua.

86. De acordo com a Lei nº 10.216/2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental, garante que a pessoa com transtorno mental tem direito a ser tratada em ambiente terapêutico pelos meios menos invasivos possíveis.

87. De acordo com a Lei nº 10.216/2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental, a internação compulsória é aquela que ocorre sem o consentimento do usuário e a pedido de terceiros, como familiares ou responsáveis legais.

88. De acordo com a Lei nº 10.216/2001, a internação involuntária é a que ocorre sem o consentimento do usuário e a pedido de terceiros, como familiares ou responsáveis legais.

89. A Lei nº 10.216/2001 preconiza que o paciente internado há longo tempo ou com grave dependência institucional deve ser incluído em política específica de alta planejada e reabilitação psicossocial assistida.

90. Sobre planejamento social, julgue o item a seguir.
O planejamento social democrático pressupõe a participação popular em todas as etapas do processo, desde o diagnóstico até a avaliação das ações.

91. Sobre a temática de assessoria e consultoria em serviço social, julgue o item a seguir.

A assessoria e a consultoria em Serviço Social são atividades que se restringem à execução direta de políticas públicas.

92. Acerca da diferença que envolve a assessoria da consultoria em serviço social, analise a seguinte assertiva:

A assessoria em Serviço Social é caracterizada por ser uma ação pontual e que se restringe a responder a demandas específicas.

93. Segundo a Lei nº 8.662/93, a prestação de assessoria e consultoria em matéria de Serviço Social é considerada uma competência exclusiva dos assistentes sociais.

94. Acerca dos níveis de detalhamento em planos, programas e projetos, analise a questão que se segue:

O plano possui o maior nível de detalhamento das ações em comparação com o programa e o projeto.

95. Com base na lei nº 8.662/93, a avaliação de políticas sociais, planos, programas e projetos é uma competência privativa do assistente social.

96. De acordo com a lei nº 8.662/93, lei que regulamenta a profissão de serviço social no Brasil, a elaboração e supervisão de estudos e pesquisas na área de Serviço Social são atribuições privativas da/o assistente social.

97. Segundo a lei nº 8.662/93, analise a seguinte assertiva.

Cabe aos profissionais comunicar aos Conselhos Regionais de sua jurisdição os campos de estágio de seus alunos e designar os Assistentes Sociais responsáveis por sua supervisão.

98. Segundo Boschetti (2009), a avaliação de políticas sociais deve considerar aspectos estruturais, a relação entre o Estado e as classes sociais, e a participação da sociedade civil.

99. De acordo com Fávero (2003), os Relatórios Sociais são constituídos a partir de observações, entrevistas, visitas domiciliares, análises documentais e/ou bibliográficas. Portanto, não irão necessitar da análise do profissional acerca da situação apresentada.

100. Acerca do surgimento das políticas sociais no Brasil, analise a seguinte assertiva:

As primeiras iniciativas formais de política social no Brasil surgiram no início do século XIX, com a abolição da escravidão.

101. Sobre a relação entre a questão social e as políticas sociais, analise a afirmativa a seguir:

As políticas sociais são respostas institucionais do Estado às manifestações da questão social, que surgiram a partir da passagem do feudalismo para o capitalismo.

102. Sobre a Reestruturação Produtiva e as Políticas Sociais, analise a seguinte questão:

A reestruturação produtiva dos anos 1980 e 1990 fortaleceu o papel do Estado na garantia de políticas sociais universais.

103. Com base na relação entre políticas sociais e a Constituição Federal de 1988 no Brasil, analise a seguinte questão:

A Constituição de 1988 representou um marco na consolidação dos direitos sociais, ao reconhecer a saúde, a previdência e a assistência social como direito do cidadão e dever do Estado.

104. De acordo com a Lei nº 8.662/93, realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades é um dos objetivos da/o assistente social.

105. A Questão Social teve início no cenário internacional por volta de 1730, ligada ao desenvolvimento do capitalismo e à Revolução Industrial.

106. De acordo com Fávero (2003), o parecer social apresenta a opinião técnica da/o assistente social e pode conter encaminhamentos para soluções adequadas ao caso analisado.

107. Acerca da instrumentalidade no Serviço social, analise a questão a seguir:

A instrumentalidade no Serviço Social está relacionada ao uso de instrumentos técnicos como formulários e relatórios.

108. De acordo com a Lei nº 8.662/93, a elaboração de estudos sociais, laudos e pareceres é considerada uma competência compartilhada com outras profissões.

109. Em relação ao Estudo Social, analise a seguinte questão:

O estudo social é um processo metodológico que busca compreender, de forma crítica, as situações que envolvem a questão social.

110. É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento pleno e integral.

SERVIÇO SOCIAL 3

Coimbra Almeida

111. Os pais, responsáveis, ou qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e adolescentes que utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante estarão sujeitos a várias medidas, incluindo encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família, encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico, e obrigação de encaminhar a criança a tratamento especializado.

112. Quando criado em dezembro de 2002, o Programa Sentinela, no âmbito da assistência social, visava coordenar o processo de atendimento das crianças, dos adolescentes e das famílias envolvidas em situações de violência física.

113. O Depoimento Especial é uma entrevista sobre a situação de violência vivenciada pela criança ou adolescente, conduzida por um órgão pertencente à rede de proteção. O relato é estritamente limitado ao necessário para o cumprimento de sua finalidade.

114. A Escuta especializada é o procedimento que ocorre durante a oitiva da criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência perante autoridade policial ou judiciária. De acordo com a Lei da Escuta Protegida, sempre que possível, será realizado uma única vez, e serve como meio de prova judicial antecipada.

115. A Lei Henry Borel, oficialmente conhecida como Lei nº 14.344/22, foi criada para prevenir e combater a violência doméstica e familiar contra crianças e adolescentes. Ela recebeu esse nome em homenagem ao menino Henry Borel, que morreu vítima de violência doméstica.

- 116.** De acordo com o ECA, é considerado castigo físico a ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resulte em: sofrimento físico; ou lesão. Já o tratamento cruel ou degradante é a conduta ou forma cruel de tratamento em relação à criança ou ao adolescente que: humilhe; ou ameace gravemente; ou ridicularize.
- 117.** O ECA prevê que os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados à delegacia da criança do adolescente.
- 118.** Segundo a Lei nº 13.431/2017, a violência institucional é entendida como a praticada por instituição pública ou privada, inclusive quando gerar revitimização.
- 119.** Ainda conforme a Lei 13.431/2017, o abuso sexual é entendido como toda ação que se utiliza da criança ou do adolescente para fins sexuais, seja conjunção carnal ou outro ato libidinoso, realizado de modo presencial ou por meio eletrônico, para estimulação sexual do agente ou de terceiro.
- 120.** A prostituição infantil pode ser melhor conceituada como exploração sexual comercial infanto-juvenil, termo utilizado atualmente, considerando o entendimento de que crianças não se prostituem, mas são prostituídas pela sociedade e envolve diversas dimensões como violência, maus-tratos, pobreza, vulnerabilidade e relações abusivas no âmbito familiar ou comunitário.
-

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
